

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Do Sr. RUI PALMEIRA)

DE 2012

Requer ao Ministro de Estado das Cidades senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro informações sobre os valores destinados pela União aos investimentos em saneamento básico na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, dentro da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro das Cidades senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro requerimento de informações na forma abaixo relacionada, acerca dos valores destinados pela União aos investimentos em saneamento básico na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, projetados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

- I) Quais as justificativas deste Ministério para o fato de a cidade de Maceió receber menos recursos do PAC 2 para investimentos em saneamento básico do que as demais capitais da região nordeste;
- II) Quais as razões para os investimentos em saneamento do PAC 2 em Maceió não serem executados pelo governo municipal da capital alagoana, e sim pelo governo do estado de Alagoas;
- III) Quais as ações deste Ministério no sentido de ampliar os investimentos em saneamento básico na cidade de Maceió;

JUSTIFICATIVAS

O cenário do saneamento básico no Brasil não é nada animador. Não obstante haja esforços empreendidos pelos municípios, pelos estados e pela União para minimizar esta mazela, o quadro nacional é ainda vexatório: dados do “*Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS 2009)*”, mostram

*que 55% da população brasileira ainda não têm acesso às redes de coleta de esgoto e do esgoto coletado somente um terço é tratado*¹.

Neste contexto o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), comprometeu-se desde sua primeira etapa chamada de PAC 1 (2007 a 2010) em investir maciçamente em infraestrutura, elencando entre suas linhas mestras o campo do saneamento básico como uma das prioridades nacionais.

Entretanto, lamentavelmente, dados não oficiais revelam o fracasso do PAC 1 no quesito saneamento. Números do Instituto Trata Brasil, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que tem como objetivo mobilizar a sociedade rumo à universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto, indicam que 60% das obras do PAC 1 na área do saneamento básico estavam paralisadas, atrasadas ou mesmo não haviam sido iniciadas ao final do primeiro ciclo do Programa.

Não bastasse o êxito duvidoso do PAC 1 em investimentos em saneamento básico, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento denominada de PAC 2 (2011-2014) lançou uma meta ousada de investir R\$ 35,1 bilhões para a execução de obras neste setor em todo o Brasil. Objetivo louvável, o qual esperamos que seja alcançado para o bem da sociedade brasileira. Mesmo que constatem, infelizmente, graves discrepâncias quanto à destinação destes recursos federais.

E tais distorções embasam este requerimento de informações.

Face à vultosa soma de recursos prometidos no PAC 2 para obras de saneamento básico, em se tratando das capitais da região nordeste fica patente o desmerecimento de alguns municípios em detrimento de outrem. Ou seja, entre as nove capitais nordestinas, a diferença dos investimentos em saneamento no escopo da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento carece de justificativa plausível por parte deste Ministério.

Levantamento empreendido por mim e por minha assessoria traz um quadro que seria curioso se não fosse condenável. Tal quadro explicita que a capital de Alagoas ocupa o penúltimo lugar em termos de investimentos em obras de saneamento básico inseridos no PAC 2, iniciado em 2011.

Para explicar este tratamento desigual para com a capital alagoana, transcrevemos excertos de reportagem veiculada na imprensa alagoana², a qual apresenta os dados do levantamento supracitado e reproduz manifestação

¹ Relatório “De Olho no PAC – Trata Brasil. Três Anos de Acompanhamento do PAC Saneamento (Abril 2012)”. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/detalhe.php?secao=27>.

² Excertos disponíveis em <http://tudonahora.uol.com.br/noticia/maceio/2012/04/04/181503/maceio-e-a-penultima-capital-do-nordeste-em-investimentos-do-pac-2>

acerca do tema feita por mim, inclusive em pronunciamento meu na Câmara dos Deputados realizado em sessão plenária no dia 4 de abril de 2012.

“Das nove capitais do nordeste, somente duas administrações municipais não receberam recursos para realizar obras de saneamento no PAC 2, iniciado em 2011: Maceió e Natal. A capital alagoana conta com menos de 30% de cobertura de saneamento básico. Todos os demais municípios – Salvador, Aracaju, Recife, Teresina, São Luiz, Fortaleza e João Pessoa – receberam diretamente recursos do PAC para tocarem obras de saneamento”

Rio Grande do Norte e Alagoas são estados nos quais as obras de saneamento básico em suas capitais são realizadas pelos governos estaduais com recursos da segunda etapa do PAC. Só que o estudo de Palmeira revela que o governo potiguar recebeu 2,5 vezes mais recursos para sanear Natal que o alagoano para realizar obras de saneamento em Maceió.

O levantamento realizado pelo deputado mostra que enquanto na capital do Rio Grande do Norte o governo estadual realizou investimentos de R\$ 208,8 milhões em obras desta natureza com dinheiro federal da segunda fase do PAC, na capital alagoana o governo do estado só recebeu R\$ 86,5 milhões em recursos federais do PAC 2 para saneamento básico.

‘A população de Maceió é de 932 mil habitantes e a de Natal é de 803 mil segundo dados do IBGE. Mesmo assim, o governo do Rio Grande do Norte contou com mais do que o dobro de recursos do que governo de Alagoas para obras de saneamento, já que nestes dois estados as obras nesta área são tocadas pelos governos estaduais. Qual o critério desta distribuição é que o governo federal precisa explicar’ afirmou Rui Palmeira”.

Qual o porquê de o município de Maceió (e também de Natal), que possui uma das menores coberturas de saneamento básico entre as capitais do nordeste e do Brasil, não ter recebido recursos diretamente do PAC 2 para realizar obras com este fim?

Ora, sabemos que nada melhor do que as gestões municipais, conhecedoras que são de suas prioridades urbanas, estarem à frente das ações, obras e movimentos rumo à minimização dos problemas que afligem seus cidadãos. Desta forma, desconhece-se o motivo que levou o Executivo federal a descartar Maceió como gestora das obras de saneamento básico o rol de iniciativas do PAC 2.

Esclarecendo, as nove capitais nordestinas foram contempladas com recursos do PAC 2 para obras de saneamento básico. Nestas capitais, estas intervenções ficaram a cargo dos governos estaduais, prefeituras, empresas e companhias de saneamento. Todavia, nesta relação de responsáveis pelas obras, na maioria das capitais coube ao governo estadual e ao governo municipal dividirem a gestão dos recursos do PAC 2.

Mas em Maceió, capital de Alagoas, e em Natal, capital do Rio Grande do Norte, somente os governos estaduais ficaram com a incumbência de

gerenciar as ações do Programa no campo do saneamento, sendo as prefeituras destas cidades não incluídas no quadro de responsáveis por obras.

O quadro abaixo, ao apresentar ranking de investimentos do PAC 2 em saneamento básico nas capitais do nordeste, clarifica este argumento. Sublinhados estão os itens que merecem destaque:

Ranking do Saneamento – PAC 2

1º Lugar - Bahia/Salvador

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em Salvador: R\$ 160.514,14

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em Salvador: R\$ 36.216,07

Recursos a serem repassados a empresas para obras de saneamento em Salvador: R\$ 259.178,07

Total a ser investido: R\$ 455.908,28

2º Lugar - Fortaleza/Ceará

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em Fortaleza: R\$ 183.147,61

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em Fortaleza: R\$ 28.344,76

Recursos a serem repassados a cia. de saneamento (Cagece) para obras de saneamento em Fortaleza: R\$ 205.466,67

Total a ser investido: R\$ 416.959,04

3º Lugar - Pernambuco/Recife

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em Recife: R\$ 226.506,42

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em Recife: R\$ 69.025,00

Total a ser investido: R\$ 295.531,42

4º Lugar - Rio Grande do Norte/Natal

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em Natal: R\$ 280.824,75

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em Natal: **R\$ 0 (zero)**

Total a ser investido: R\$ 280.824,75

5º Lugar - Aracaju /Sergipe

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em

Aracaju: R\$ 126.381,62

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em

Aracaju: R\$ 71.151,08

Total a ser investido: R\$ 197.532,70

6º Lugar - Maranhão/São Luiz

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em São

Luiz: R\$ 125.616,86

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em

São Luiz: R\$ 38.420,11

Total a ser investido: R\$ 164.036,97

7º Lugar - Paraíba/João Pessoa

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em Joao

Pessoa: R\$ 62.547,31

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em

Joao Pessoa: R\$ 79.165,75

Total a ser investido: R\$ 141.713,06

8º Lugar - Alagoas/Maceió

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em

Maceió: R\$ 86.552,02

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em

Maceió: **R\$ 0 (zero)**

Total a ser investido: R\$ 86.552,02

9º Lugar - Piauí/Teresina

Recursos a serem repassados ao Estado para obras de saneamento em

Teresina: R\$ 51.025,32

Recursos a serem repassados ao Município para obras de saneamento em

Teresina: R\$ 23.784,42

Total a ser investido: R\$ 74.809,74

Voltemos aos excertos da reportagem:

“De acordo com os números apresentados por Rui Palmeira, em capitais menores que Maceió o investimento em saneamento básico realizado pelo PAC 2 foi muito maior. Aracaju conta com 571 mil habitantes e na capital sergipana o governo do estado realizou investimentos de R\$ 126,3 milhões e a prefeitura de R\$ 71,1 milhões em saneamento com dinheiro da segunda fase do PAC, somando R\$ 197,5 milhões e sendo mais que o dobro do que foi destinado a Alagoas.

Já a população de João Pessoa é de 723 mil moradores e na cidade os investimentos em saneamento do PAC 2 foram de R\$ 62,5 milhões executados pelo governo do estado e de R\$ 79,1 milhões pelo município, totalizando R\$ 141,7 milhões. Recife, com população de 1,5 milhão de pessoas, realizou obras de R\$ 226,5 milhões a cargo do estado e R\$ 69 milhões a cargo da prefeitura com recursos do PAC, soma que alcança R\$ 295,5 milhões”.

Outra informação que necessita de explicação e justificativa por parte do Ministério das Cidades: quais as motivações que levaram os proponentes do PAC 2 a minimizarem os recursos destinados ao saneamento básico na cidade de Maceió, mesmo frente à realidade de nossos indicadores populacionais serem mais generosos que os de algumas outras capitais nordestinas melhor aquinhoadas pela segunda etapa do Programa?

Válido destacar que ao ocupar a oitava posição no ranking de investimentos em saneamento básico do PAC 2 sendo a penúltima do nordeste em recursos projetados para o quadriênio de 2011 a 2014, Maceió só fica a frente de Teresina, capital do Piauí. Os dados do levantamento indicam que Maceió deverá receber somente R\$ 11,7 milhões a mais que a capital piauiense em termos de recursos federais com esta rubrica.

Sem nenhum demérito para com a aprazível capital do Piauí, e sabendo que o povo de Teresina também necessita ampliar sua rede de saneamento, registro que Maceió é uma das capitais nordestinas com maior fluxo turístico da região, sendo imperativo para sua economia a despoluição de praias e lagoas mediante esgotamento sanitário urgente e eficaz.

E reside aí mais uma contradição: como Maceió, que tem indústria do turismo mais pujante e mais alicerçada que Teresina, disputa com a capital do Piauí o triste papel de “lanterninha” nos investimentos do PAC 2 em saneamento básico?

Ademais, com base neste flagrante descompasso, o que propõe este ministério no campo das ações de ampliação do saneamento básico em Maceió? Ações tão desejadas, porém ainda tristemente negligenciadas à população maceioense.

Senhor Ministro de Estado das Cidades, muito respeitosamente solicitamos estas informações, na esperança de poder compartilhá-las com o povo alagoano e trabalharmos, juntos, rumo ao incremento destes investimentos indispensáveis a nossa gente.

Rui Palmeira
Deputado Federal